

## **“DEIXA A BANDEIRA PASSAR!” CONSTRUINDO A FESTA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL (PÂNTANO DO SUL -1960-2013)**

Mariane Martins<sup>1</sup>

**Resumo:** O trabalho objetiva analisar no âmbito do patrimônio cultural –imaterial–, experiências e comportamentos cotidianos ligados à religião católica e expressos na festa do Divino Espírito Santo, praticada pelos moradores “nativos” do Pântano do Sul, bairro ao sul de Florianópolis. O trabalho, em sua fase inicial, problematiza a relação que tal população mantém com a Bandeira do Divino, figura central da festa, que integra a tradição religiosa açoriana, mas foi institucionalizada pela Igreja do bairro em 1962 e ocorre em meio à vida individual e comunitária dos moradores. O ritual envolvendo a bandeira, a realização de promessas, o preparo da festa, são algumas das ações que serão problematizadas. A festa é pensada como patrimônio imaterial, como uma prática que caracteriza uma experiência histórica cuja ressonância social se prolonga no cotidiano das pessoas por meio da memória. A pesquisa recorrerá aos guardados (acervos) pessoais e ao acervo da igreja local que permitirão compreender alguns traços da comunidade, além de salvaguardar aspectos da vida religiosa, recreativa e das experiências de sociabilidade vividas. O recorte temporal se situa entre a década de 1960 até hoje.

**Palavras-chave:** patrimônio imaterial, Pântano do Sul, sociabilidades.

As bandeirinhas vermelhas e brancas suspensas nos postes sinalizam a proximidade da Festa do Divino Espírito Santo. O preparo da festa é quase o ano inteiro, mas por volta de um mês antes iniciam-se as preparações que vão das bandeirinhas, colocadas muitas vezes por homens do bairro do Pântano do Sul, até a visita da própria Bandeira em cada casa, visita essa, anunciada por um tambor e cantorias.

Receber a bandeira na casa representa receber o Espírito Santo, é uma honra, momento de agradecer, prometer, rezar. A casa muitas vezes é preparada, ajeita-se o espaço, a família se reúne e aguarda a bandeira. As fitas coloridas amarradas à ponta da bandeira trazem pedidos, suplicas e agradecimentos.

Afastado da região central de Florianópolis cerca 27 km, localizado no extremo sul da ilha, o bairro do Pântano do Sul, com uma população de mais de 5800<sup>2</sup>, habitantes apresenta características peculiares não só por sua localização, extremo sul da Ilha, como também por alguns hábitos de vida cotidiana, especialmente voltados à

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História /PPGH /UDESC. Bolsista PROMOP/UDESC, orientada pela Profª Dra. Maria Teresa Santos Cunha.

<sup>2</sup> Informações coletadas do levantamento da Dinâmica Demográfica do Bairros realizada pela Prefeitura de Florianópolis em 2007. Disponível em: [http://www.cmf.sc.gov.br/contratos/doc\\_download/6906-anexo-a-dinamica-demografica](http://www.cmf.sc.gov.br/contratos/doc_download/6906-anexo-a-dinamica-demografica).

religiosidade, insistentemente conservados por seus moradores, notadamente aqueles nascidos e criados lá e chamados “nativos”.

Assim como muitas cidades do Brasil, Florianópolis modificou sua paisagem e seus hábitos profundamente, a partir da década de 1970. Seu crescimento, ao longo da segunda metade do século XX, trouxe não apenas novos edifícios, vias públicas e instituições, como também pessoas de diferentes localidades, de dentro e fora do estado catarinense e mesmo estrangeiros: europeus e africanos, por exemplo. Este fenômeno caracteriza-se como um processo de modernização, entendido como uma nova percepção de *realidade* que interferiu nos estilos de vida e nos costumes em forma de uma dinâmica de desenvolvimento e exaltação do presente e do futuro. Aqui, o termo modernização será empregado para indicar o desenvolvimento de uma racionalidade instrumental (LECHNER, 1990, p.73-74)

A Ilha de Santa Catarina despertou tardiamente para modernização (FANTIN, 2000). Nos anos 1960, o Governador Celso Ramos põe em vigência o Plano de Metas do Governo, PLAMEG (1961-1965), com vistas a desenvolver Santa Catarina em diversos setores. Suas ações estavam pautadas nas de Juscelino Kubitschek, então presidente do Brasil, que defendia em âmbito nacional a “aceleração do desenvolvimento” (TEIVE; DALLABRIDA, 2003) com seu slogan “50 anos em 5”.

Tributário dessa década, os anos de 1970 deram abertura a outras mudanças na capital, tais como o Aterro da Baía Sul e a segunda ponte de ligação para o continente, Colombo Salles, inaugurada em 1975. Na década seguinte, novas construções começam integrar o cenário da ilha de Santa Catarina. O novo Terminal Rodoviário Rita Maria e trecho da estrada Costeira do Pirajubaé - Rio Tavares, ambos inaugurado em 1981. A terceira ligação ilha-continente seria concluída no início da década de 1990 e inaugurada no ano seguinte. A cidade estava se modernizando, deixando para trás velhos hábitos e espaços e construindo novos. Quanto a esta questão, a análise do historiador propaga:

As grandes expectativas geradas pela modernização brasileira foram reduzidas e lidas, por grupos dirigentes, setores empresariais e camadas médias da sociedade de Florianópolis, como pouco mais do que possibilidades para abertura de frentes de investimento imobiliário. Encetavam novas oportunidades para as incorporações, movimentavam a economia e, principalmente, reforçavam as fortunas individuais dos que

estavam em posição privilegiada para prever e impor a configuração urbana da cidade. (LOHN, 2007, p. 317)

Observam-se como os grupos se apropriaram e se aproveitam da política de modernização na década de 70 e encaminham-na para interesses individuais. Olham para a cidade com um grande potencial turístico e intentam focar nisso para modernizá-la e criar fortunas, operando em um regime de historicidade em que o tempo presente tem destaque (HARTOG, F. 2013).

Com todas essas transformações no cenário urbano de Florianópolis, pessoas vindas de diversas procedências chegam para residir na cidade e, muitos destes tinham sido antes, veranistas que, encantados com a ilha, veem-na como um refúgio para viver longe do agito das grandes cidades, em especial para fugir da violência. Somam-se então, as novas construções com o crescimento populacional, novos espaços, novas pessoas, novas maneiras de viver. A respeito do processo de urbanização de Florianópolis, outra vez o historiador Reinaldo Lindolfo Lohn comenta:

Grandes áreas foram então destinadas a condomínios para camadas sociais médias e altas, recebendo os maiores investimentos em melhorias urbanas e serviços públicos. Para Florianópolis, esse conjunto de representações práticas sociais significou uma aceleração de ritmos e a pretensão de abandonar antigos traços da cidade, traduzindo de modo próprio as imagens desenvolvimentistas e os anseios de individualização das camadas médias, cada vez mais numerosas. (LHON, 2007, p. 318)

As mudanças não são apenas estruturais, novos integrantes se unem a tudo isso, e carregam traços distintos daqueles que compõem a cidade e seus moradores. Ressalta-se o que Lohn chamou de “aceleração de ritmos”, visto que, isso potencializará o afastamento de muitas práticas cotidianas dos ilhéus. Destaca-se o que Pierre Nora (1993) discorre sobre a “aceleração do tempo” que induz à criação de *lugares de memória* que são antes de tudo restos de um passado que precisa ser protegido, guardado para ser lembrado, pois as pessoas não conseguem lembrar-se das coisas devido a rapidez com que elas acontecem, tudo é intenso e rápido demais. Inserido, mas ao mesmo tempo mais distante geograficamente de tudo isso, a comunidade do Pântano do Sul, ainda permanece com algumas das práticas sufocadas pelos prédios, avenidas e novos moradores em muitos bairros de Florianópolis.

Nessa perspectiva, o bairro do Pântano do Sul se encaixaria no que Luiz Felipe Falcão (2010) denominou de "Rugas e Dobras", ou seja, uma cicatriz do rural no tecido urbano. Mesmo com uma cidade mais urbana e dinâmica há brechas e ressonâncias de um passado, este recente, que tenta resistir, seja por um cavalo como meio de transporte em uma fazendola e ao lado do maior shopping da cidade, e seja, na localidade do Pântano do Sul, uma comunidade litorânea que ainda conserva traços culturais de seus antepassados, como as festas religiosas onde a do Divino Espírito Santo se destaca.

Deixar a bandeira passar nas casas, acompanhá-la pelas ruas, realizar promessas, ajudar a preparar a festa, são algumas das ações dos moradores, no limite, formas de salvaguardar hábitos e tradições do local. Tendo em vista estas formas de mobilização que reafirmam sua importância para o bairro, a festa pode ser pensada na condição de patrimônio imaterial, circunscrevendo, inicialmente a forma como estas práticas de religiosidade caracterizam uma experiência histórica cuja ressonância social se prolonga no cotidiano das pessoas, por meio da memória.

Para pensar essa condição de patrimônio imaterial, pauta-se no Decreto nº 3.551/2000 no qual institui e compreende como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro

como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam (CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres, 2008, p. 12)

É pertinente, portanto, direcionar o olhar para a comunidade do Pântano do Sul, perceber as relações estabelecidas por seus moradores dentro de suas muitas práticas cotidianas ligadas a religiosidade visto que, são de capital importância para as questões patrimoniais e para a História de Florianópolis. Como bem ressalta Cordeiro e Costa (1999, p. 59), os bairros atualmente são "representações que integram a própria realidade social da cidade, que os instituiu como um dos seus bens patrimoniais mais preciosos". Partindo desta perspectiva, nota-se que esse vínculo entre moradores e religiosidade é passível de patrimonialização como um bem imaterial.

Tornar essas práticas religiosas em patrimônio cultural imaterial é uma forma de salvaguardar e assim, não apenas observar seu apagamento passivamente. É importante salientar que não há uma intenção de "congelar" a Festa do Divino às práticas dos

moradores, pois se sabe que há sempre transformações e os sentidos são atualizados conforme o presente. O que se intenta neste trabalho é dar visibilidade a essa comunidade e mostrar que os patrimônios não estão mais restritos aos “grandes” grupos e “grandes” monumentos.

### **Patrimonializar para não esquecer...**

As questões patrimoniais no Brasil foram se firmando a partir de 1937, “com construção da ação pública de proteção do patrimônio cultural” (CHUVA, 2008, p. 30) por meio da criação do órgão federal, Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), cuja direção ficou com Rodrigo de Melo e Franco. Segundo Lúcia Lippi Oliveira (2008) a atuação deste órgão se dava mediante ao mecanismo de tombamento. Esta política de preservação foi denominada como “pedra e cal”, ou seja, remetia ao patrimônio material. Na década de 1950 a política de patrimonialização passa por algumas reformulações e no transcorrer da década de 1960 - com uma nova denominação Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) - entra em uma fase, na qual há uma nova visão de patrimônio, chamado de imaterial ou intangível, que se referem a bens não palpáveis mais de valor singular para determinados grupos (LIPPI, 2008).

No que tange a noção de patrimônio Marcia Chuva explana que:

está relacionada ao seu papel na formação de grupos de identidade, isto é, associada a práticas voltadas para o fortalecimento dos laços de identidade de determinados grupos e de sua afirmação enquanto tal. Ou seja: construir e/ou inventar e preservar o *patrimônio* se constitui na prática cultural de atribuição de valores e significados a objetos e bens, que amalgamam grupos de identidade. (CHUVA, 2008, p. 31)

O fortalecimento dos laços de identificação de determinado grupo é um fator fundamental para assim atribuir sentido a um bem e torná-lo um patrimônio. Seguindo esta linha, é possível conectá-la ao bairro do Pântano do Sul e seus possíveis patrimônios imateriais. Os moradores, homens e mulheres que nasceram e edificaram suas vidas no bairro, atribuem ao lugar sentidos de memórias e de vidas. O Pântano do Sul, assim como outros bairros (cada vez em menor quantidade), são lugares onde é

possível encontrar o sentimento profundo de identificação, familiaridade, religiosidade e pertencimento (ANDRADE, 2011). A Festa do Divino no bairro é muito significativa e é um acontecimento que envolve a vida individual e comunitária de seus moradores contribuindo para a construção de uma memória. Existe, portanto, uma forte identificação que se estende das casas, o individual, para a vizinhança, o coletivo.

Figura 1: Procissão Cortejo Imperial Festa do Divino (1965)



Fonte: Acervo Pessoal da família Oscar

Pensar tudo isso em conexão com as práticas cotidianas religiosas – especificamente a Festa do Divino – do Pântano do Sul, contribuem para salvaguardá-las, ou seja, uma possível patrimonialização desses bens como uma maneira de salvar do esquecimento, algo que está se dissipando.

Mesmo presente nas questões patrimoniais a história ingressou tardiamente nesse campo. Mas a presença do historiador é muito significativa, haja vista que

Ao historiador cabe tomar para si a História ocupando um espaço de ação profissional próprio no campo do patrimônio cultural, considerando as especificidades de sua formação disciplinar e aquilo com que pode contribuir para a interdisciplinaridade necessária ao campo. (CHUVA, 2008, p. 46)

Logo, o estudo do patrimônio cultural é um espaço muito importante que necessita da figura do profissional da história para a narrativa sobre patrimônio. Importante ressaltar que a presença do historiador nesse meio não anula outros ofícios que também estudam o patrimônio.

### **Arrume sua casa, lá vem o Divino...**

Os estudos voltados a festa do Divino Espírito Santo divergem no que diz respeito a sua procedência. Quanto a essa prática em Santa Catarina, mais especificamente nas regiões litorâneas do Estado, sabe-se que advém com a chegada de madeirenses e açorianos por volta da primeira metade do século XVIII (NUNES, 2000). O culto e louvor ao Divino Espírito Santo foi um traço carregado por essas populações europeias para a América Portuguesa. Dois séculos e meio depois a festa “conserva elementos e conteúdos redefinidos popularmente na sua estrutura organizacional e na sua manifestação” (NUNES, 2000, p. 151).

As festas, em bairros da cidade de Florianópolis ocorrem entre os meses de maio e junho, podendo até adentrar no mês de julho. As datas se baseiam no calendário litúrgico da Igreja Católica. Conta-se a partir da Páscoa cinquenta dias culminando no domingo de Pentecostes, dia este que representa a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos, tudo isso, integra o ritual católico.

Embora existam características similares de todas as festas do Divino Espírito Santo em diversos locais do Brasil é importante por em relevo que há em cada festa especificidades pertencentes unicamente a tal local.

“A prática religiosa está ligada à necessidade sacramental, vinculada às relações de participação entre o natural e o sobrenatural, na ligação entre o cósmico da vida litúrgica e o ritmo do trabalho agrícola e no confronto entre a festa litúrgica e o campo. A festa é uma relação participativa que concilia e coloca em oposição aspectos sagrados e pagãos, lida com os aspectos do conformismo humano e busca consolo na solução dos problemas ligados ao meio físico e rural. Somente a memória pode permitir um tratamento refinado, das sucessivas “celebrações” religiosas; fora isso, correr-se-á o risco das generalizações e tornar tudo igual” (LUCENA, 1998, p 409)

Ter o nome “Festa do Divino Espírito Santo” não significa apresentar todos os aspectos iguais. É necessário atentar para o local, o contexto, o grupo que realiza.

E é por isso que recorrer à memória contribui para enriquecer a análise sobre esta festa, pois com a memória que se encontra os detalhes e se afasta das generalizações. A partir dessa constatação buscou-se analisar entrevistas (transcrição) de dez moradores (homens e mulheres) da comunidade do Pântano do Sul. Essas entrevistas foram

realizadas no ano de 1985 por alunos<sup>3</sup> do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

As entrevistas transcritas compõem o acervo pessoal do historiador e também produtor das entrevistas Arante José Monteiro Filho morador do Pântano do Sul e possuidor de um vasto acervo sobre o bairro. Entende-se por acervo “um conjunto de documentos, peças ou obras reunidas e abrigadas (custodiadas) por instituições como museus, bibliotecas, arquivos e centros de documentação, ou ainda existentes em coleções particulares” (CUNHA, 2008, p. 114). Esses ricos materiais guardados, pertencentes a um acervo pessoal, se constituem como um bem simbólico que contribui para compor o universo do patrimônio imaterial do bairro.

As entrevistas guardam histórias individuais e coletivas. Entre as falas dos moradores datilografadas nas folhas já amareladas pelo tempo as festividades emergem como um assunto em comum. Ressalta-se que em todas as entrevistas que tangenciavam o tema “festas”<sup>4</sup> as falas dos homens e mulheres convergem para a religião católica.

O morador Francisco Tomaz Arcenio comentam quais as festas existentes no bairro:

É a festa do Navegantes, pelo mari a procissão e São Pedro, e, Espírito Santo, e a festa do bacalhau. O ano passado, eles fizeram pelo centro comunitário, mas este ano vão fazer do bacalhau pela igreja<sup>5</sup>

O mesmo faz respectivamente Inacia Marcelina de Ávila “Tem a festa do Navegante, tem a Festa de São Pedro e tem a Festa do Espírito Santo”. Nota-se como a relação festa e igreja estão imbricadas e as memórias dos moradores ajudam a visualizar isto. O cruzamento das memórias ajuda, desta forma, a compor uma memória coletiva.

Como comenta Halbwachs (2004), os indivíduos se determinam conforme os grupos sociais dos quais estão inseridos. Assim, a memória está interligada aos grupos sociais aos qual o sujeito fez/faz parte. Ainda segundo este autor, a memória apoia-se sobre o passado vivido, o qual torna possível a construção de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o “passado apreendido

---

<sup>3</sup> Entrevistas realizadas pelos alunos do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): Ainda Melo Schlichting, Manoel Deiro Caraméz, Arante José Monteiro Filho, Francisco do Vale Pereira, Regina Coeli Nunes Martins de Barros, Arthur Manoel Pires e Priscila Ribeiro.

<sup>4</sup> As entrevistas são bastante amplas e permeiam muitos assuntos, para o presente artigo foram analisadas as transcrições focando no tema “festas”.

<sup>5</sup> Optou-se por manter a grafia das transcrições como os entrevistados “falaram”.



pela história escrita" (HALBWACHS, 2004, p.75). Sua conclusão é que a memória coletiva não se confunde com a história e que a expressão *memória histórica* não é muito feliz, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto (HALBWACHS, 2004, p. 85). A memória coletiva se distingue da história, para Halbwachs, sob pelo menos dois aspectos. É uma corrente de pensamento sucessivo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.

Sem o social não é possível "rememorar". Quanto mais se afasta da coletividade menos confronto há com as próprias experiências, com as experiências alheias ou outros aspectos externos a cada um, a atividade de rememoração de cada indivíduo se torna então muito mais complexa. Halbwachs exemplifica suas conclusões com simulações que acontecem diariamente com cada pessoa e afirma que em cada um há múltiplas pessoas,

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2004, p. 30).

Para melhor recordar algo é possível voltar-se para outras pessoas, do mesmo grupo, pois muitas das ideias e modos de pensar são passíveis de serem adotados. Não lembram sozinho das coisas. Dessa forma, é pertinente cruzar as entrevistas dos moradores do Pântano do Sul, que evidenciam em suas falas aspectos que contribuem para entender o bairro, afinal as pessoas com suas memórias são como peças de um quebra-cabeça, ajudando a compor determinada imagem, ou imagens.

Utilizar a memória de outrem é preciso ter em mente que ele irá construir os acontecimentos, primeiramente, a partir de seu presente e ocultar alguns fatos e ressaltar outros. Transformar as memórias de alguém em palavras impressas e trabalhá-las é algo que necessita de ressalvas. Os sentimentos tornam-se mais intensos e vão interferindo nas lembranças relatadas, não há mentiras, mas como bem salienta Huyssen: "A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social". (HUYSSSEN, 2000, p.37.)

As entrevistas dos moradores do Pântano do Sul, em especial os mais idosos, permitem confrontar as múltiplas interpretações de cada indivíduo, mas não há, como notou-se, um desvio significativo, nas falas, pois, ainda que cada um discorra sobre algo de diferentes maneiras, estão inseridos em um mesmo grupo, o que o leva a trilhar caminhos próximos um dos outros.

### **Um bairro, memórias, uma festa...**

A festa do Divino integra a tradição religiosa açoriana, mas foi institucionalizada pela Igreja em 1962 no bairro do Pântano, conforme apontam os registros da Capela de São Pedro, a igreja do Pântano do Sul. O morador, Joaquim Simão Filho conta como se deu o início a Festa do Divino:

[...] Ele [Seu Manezinho] fez de curiosidade prá mode ser um passarinho. Arranjou um pedaço de cedro e brincando ali, fazendo qualquer coisa, ele fez. Fez e pôs lá dentro da cômoda. Mas adespois não dava prá trazê o Santo pr'aquí: passemo o maió trabaio prá vim a pombinha, prá vim o cetro, prá vim a coroa, pra vim essas coisas... Pessemo o maió trabaio, mas o Alípio e ele [Seu Manezinho] (...). Mas tava perto da festa; como a de ser, meu Deus? Só se for na cidade... lá na Trindade (...) prá eles manda uma bandeira nova. Diz ele assim [Seu Manezinho]: pois lá na cômoda tem uma pombinha que eu fiz lá, de cedro e quem sabe vamos lá vê, quem sabe serve. Ai fomos lá, já tinha a haste da bandeira, já tinha tudo...

Como já discutido pautando-se em Halbwachs, nota-se que Joaquim Simão Filho, busca nos colegas, citando-os, há experiências não são somente do entrevistado, mas de seus colegas. Por meio da fala de Joaquim Simão compreende-se como “A transferência de símbolos e invenção de ritos passam a ser indicadores da memória do grupo” (LUCENA, 1998, p. 400)

Quanto a festa do Divino, fica notável como o bairro, do seu jeito, a constrói. Mesmo a religião católica exercendo certo poder no Pântano do Sul, seus moradores produzem um festa com especificidades do lugar.

A distância entre o bairro e a parte central de Florianópolis, permite também compreender como os moradores vivem e constroem o bairro, tendo em vista as dificuldades de deslocamento do bairro para a “cidade”. Segundo Falcão (2010, p. 266):

Na percepção dos indivíduos que moravam longe do núcleo urbano, portanto, eles não faziam propriamente parte de Florianópolis, que melhor corresponderia a outro lugar não apenas pela distância física, mas, sobretudo, pela distinção cultural exercida pelos cidadãos, para quem o cotidiano daquelas áreas “não contava para a vida da cidade”. Daí a expressão “ir à cidade”, em todos os seus tempos verbais, tinha na época um significado literal e envolvia uma autêntica aventura para adentrar num universo estranho e não necessariamente amistoso.

Assim, distante não apenas geograficamente, mas culturalmente, o bairro e seus moradores unem-se por fortes laços de identificação, aspecto muito marcante para se pensar um patrimônio. Os moradores não vivem isolados, eles vão à “cidade”, entram em contato com outras pessoas em outros espaços. Mas a identificação permanece com aqueles que vivem o dia-a-dia e que se olham e se reconhecem. A festa do Divino ajuda e confirmar tudo isso, são aqueles moradores, daquela localidade que respeitam, entendem e acreditam naquele aparentemente simples pombinho de cedro colocado em uma haste.

Ainda hoje ao adentrar a igreja encontram-se quatro bandeiras sob o altar, um local de destaque que mostra a relação dos moradores, estes muitas vezes antes ou ao término das missas vão até a bandeira para rezar, beijar a imagem do pombo e as fitas. O local, o altar, deixa transparecer a importância dada a este objeto. É possível fazer uma ponte com a forma com que os objetos ficam expostos no museu, estão ali para serem estudados, admirados ou apenas observados. Como um museu, a Capela de São Pedro, mesmo no período distante da festa, deixa expostas as bandeiras, estas que ajudam a compor a memória das pessoas que vivem ali no bairro

Eleger a festa do Divino como um patrimônio cultural imaterial corre-se o risco da generalização. Quando posto como um patrimônio imaterial deve-se levar em conta que a festa é realizada todos os anos com interferências do presente, logo ela, mesmo patrimonializada ela vai sofrer modificações. Não se pode deixar de lado o dinamismo temporal e cultural da festa.

### **Considerações finais**

Essa primeira aproximação com o bairro e a festa permitiu muito mais a ampliação para novos debates do que conclusões. No entanto, não invalida o presente estudo.

A festa do Divino é uma expressão da religiosidade, mas também uma construção a partir das singularidades do Pântano do Sul. A montagem, as pressas e no improviso, da primeira bandeira para, a preparação das casas para recebê-la, são aspectos que ajudam a confirmar a festa como pertencente aquele grupo, que anualmente realiza alguma ação para a concretização da festa.

Michel de Certeau (1994) na sua clássica obra *A Invenção do Cotidiano* coloca as pessoas na história tendo como cenário o cotidiano. São pessoas ordinárias, ou seja, da ordem do comum, que vivem o dia-a-dia cada um a seu jeito e que constroem suas memórias por meio das experiências, tudo isso traz muitos aspectos importantes para serem pensados. Desta forma foi pensada a análise dos moradores e sua relação com a religiosidade no Pântano do Sul. É observado o pequeno, o simples, aparentemente insignificante, mas com refinamento no olhar e uma proximidade com o objeto as pequenas coisas tornam-se marcantes e significantes para compor a escrita de uma história.

Na proximidade da festa o bairro vai se moldando, se preparando para deixar a bandeira passar...

## **Referências**

- CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.
- CHUVA, Márcia. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN, Copedoc, 2008. (Patrimônio: Práticas e Reflexões). p.27-43.
- CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, Antônio Firmino. Bairros: contexto e intersecção. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. 2.ed Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

- CUNHA, Maria Teresa Santos. Mensageiro de sensibilidades: estudo sobre um jornal escolar infantil (Florianópolis, 1946-52). In: MORGA, Antônio Emílio. **História, cidade e sociabilidade**. Itajaí: Casa Aberta, 2011.
- DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano** :.Artes de Fazer/ Petrópolis,RJ: Vozes,1994. p.259-273.
- FALCÃO, Luiz Felipe . **Rugas e dobras: marcas do passado na cidade contemporânea**. In: Francisco Alcides do Nascimento1. (Org.). Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras. 1ed.Teresina e Imperatriz: EDUFPI e Ética, 2010, v. 1, p. 253-270
- FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- HALBWACHS. Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro,2004, p. 29-94.
- HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004, p. 09-40.
- LECHNER, Norbert. *A modernidade e a modernização são compatíveis?O desafio da democracia latinoamericana*. Lua Nova.SP: n.21, setembro de 1990.p. 73-86.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2007, vol.27, n.53, pp. 297-322. ISSN 1806-9347. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a13v5327.pdf>> . Acesso em: 22/04/2013.
- LUCENA, Célia Toledo. **Memórias de famílias migrantes**: imagens do lugar de origem. *Projeto História*, São Paulo, (17), nov. 1998.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. *Projeto História*, S. Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- NUNES, Lélia Pereira da Silva. Festa do Divino Espírito Santo – 250 anos depois. In: ALVES, Joi Cletison; **I Congresso Internacional das Festas do Divino Espírito Santo** /. Florianópolis :: UFSC, Núcleo de Estudos Açorianos, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Caminhos do Divino**: um olhar sobre a festa do Divino Espírito Santo em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2010.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **Cultura é Patrimônio**. Um guia. RJ: Fundação Getúlio Vargas,2008. p.113-138.
- TEIVE, Gladys Mary Guizoni; DALLABRIDA, Norberto. A faculdade de educação nos anos 60 : releitura da 'idade de ouro'. **Percursos**: revista do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da UDESC Florianópolis, SC , v,4, n.1, p. 91-106, out. 2003.